**A FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS “SANTA MARIA”:
das Irmãs do Santo Rosário à Universidade Católica de Minas Gerais (1942 - 1958)**

**THE FACULTY OF PHILOSOPHY, SCIENCES AND LETTERS "SANTA MARIA":
from the Sisters of the Holy Rosary to the Catholic University of Minas Gerais (1942 -
1958)**

Brunno Octávio de Oliveira Luz¹

RESUMO

A história do Instituto de Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais é longa, tendo em vista a comemoração dos 80 anos da autorização de funcionamento de seus cursos pelo Ministério da Educação e Saúde. Buscando reconstituir parte dessa história, o presente artigo analisa o processo histórico de fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Santa Maria”, instituição católica fundada pelas Irmãs do Santo Rosário em 1942. Com a criação da Universidade Católica de Minas Gerais, em 1958, a Faculdade “Santa Maria” será a primeira instituição a ser incorporada, sendo, portanto, a *alma mater* da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade Católica; Faculdade de Filosofia; Dom Cabral.

ABSTRACT

The history of the Institute of Human Sciences of the Pontifical Catholic University of Minas Gerais is a long one, in view of the commemoration of the 80th anniversary of the authorization to operate its courses by the Ministry of Education and Health. Seeking to reconstitute part of this history, this article analyzes the historical process of founding the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters "Santa Maria", a Catholic institution founded by the Sisters of the Holy Rosary in 1942. With the creation of the Catholic University of Minas Gerais, in 1958, the Faculty “Santa Maria” will be the first institution to be incorporated, being, therefore, the *alma mater* of the Pontifical Catholic University of Minas Gerais.

KEYWORDS: Catholic University; Faculty of Philosophy; Dom Cabral.

As Irmãs do Santo Rosário

Considerada como a *alma mater* da Universidade Católica de Minas Gerais, a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Santa Maria” remonta ao início do século XX, com a chegada das Irmãs do Santo Rosário em Belo Horizonte. Em 1904, é fundada nesta cidade a Sociedade do Santo Rosário, mantida pelas Irmãs do Santo Rosário e tendo como “objeccto e fim principal a direção e exploração de collegios para moças [...] e dar educação e

¹ Professor de História da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2023), graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2015). Email: brunnowcg@hotmail.com.

instrução completa às moças pertencentes às famílias abastadas do paiz onde ella se estabelece” (CMPH, 1904).

Inicialmente, as Irmãs do Santo Rosário somente propuseram a abertura de colégios, não constava como desiderato a criação de instituições de ensino superior, e com a presença somente de mulheres. Nos estatutos, a Sociedade do Santo Rosário se reserva ainda o direito de realizar obras de “humanidade e de caridade que lhe parecerem permittir prestar os maiores serviços nas cidades em que ella tiver collegios” (CMPH, 1904).

Salientamos que a iniciativa das Irmãs do Santo Rosário não foi isolada do contexto brasileiro do início do século XX. Com a separação Estado / Igreja imposta pela Constituição de 1891 e a perda da primazia no contexto educacional, a Igreja, seja por movimentos seculares ou regulares, procura reingressar na sociedade, buscando nas suas áreas de atuação tradicionais, educação e saúde, uma reentrada na sociedade que lhe pudesse proporcionar uma elite intelectual católica, como bem exposto nos estatutos da Sociedade do Santo Rosário, ao definir que a educação não era somente para moças, mas para “as moças pertencentes às famílias abastadas do paiz” (CMPH, 1904). Por outro lado, a confessionalidade da Sociedade está manifesta, sendo inclusive vedado pelos Estatutos o uso da Sociedade para fins comerciais.

Nesse desiderato, a Sociedade do Santo Rosário funda e torna-se mantenedora do Colégio Santa Maria, em Belo Horizonte. Após três décadas da fundação da Sociedade do Santo Rosário, a mesma encaminha, em 25 de julho de 1941, um dossiê ao Ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema, pedindo a autorização para funcionar em Belo Horizonte uma Faculdade de Filosofia, de orientação católica. Após análise do Conselho Nacional de Educação, a autorização foi negada em 6 de abril de 1942, sendo apresentadas pelo Conselho três objeções ao pedido. Em primeiro lugar, os “documentos apresentados não estão na devida forma” (CMPH, 1942a), não demonstrando capacidade financeira da Sociedade do Santo Rosário para manter a instituição pretendida. Em segundo lugar, além da carência financeira, diz o relatório do Conselho Nacional de Educação que os Estatutos da Sociedade do Santo Rosário também terão de ser modificados, pois eles abarcam somente a educação secundária, excluindo o ensino superior. Por fim, “a Faculdade apresenta, para os cursos que se propõe manter, 21 professores. Não são apresentados, porém, os títulos de cinco professores [...]” (CMPH, 1942a). A justificativa para a decisão contrária à Sociedade do Santo Rosário está consubstanciada no Decreto Lei nº 421, de 11 de maio de 1938.

Em seu artigo 4º, o decreto deixa claro que qualquer entidade, pública ou privada pode requerer junto ao Ministério da Educação e Saúde o funcionamento de qualquer curso

superior, desde que seja observada a “capacidade moral e técnica do corpo docente que o estabelecimento pretenda utilizar” (BRASIL, 1938). Para efeito de comprovação técnica do corpo docente, poderiam ser utilizadas obras publicadas ou formação superior na área do curso a ser ministrado. No mesmo artigo, é expressa a necessidade da entidade de comprovar explicitamente a capacidade financeira de manter o estabelecimento.

Buscando resolver as pendências legais que impediam a autorização da Faculdade, o Conselho Administrativo da Sociedade do Santo Rosário se reúne, em 17 de maio de 1942, no intuito de propor e examinar mudança nos Estatutos, devendo ser acrescentado em seu artigo 3º que a dita Sociedade tem por

objeto e fim principal a direção e exploração de estabelecimentos de ensino primário, secundário, comercial doméstico e superior, especialmente de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, para moças e religiosas. (CMPH, 1942b).

Além disso, o Conselho Administrativo da Sociedade também delibera que toda vez que aparecer a palavra “colégio” no Estatuto, esta deveria ser substituída por “estabelecimento de ensino”. As medidas propostas pelo Conselho Administrativo tinham como objetivo proporcionar à Sociedade do Santo Rosário, em termos estatutários e legais, condições de atender às exigências do Ministério de Educação e Saúde, buscando recorrer da decisão desfavorável do Conselho Nacional de Educação, que indeferiu o primeiro pedido de autorização da Faculdade.

Demonstrando a urgência das Irmãs do Santo Rosário em aprovar as mudanças estatutárias e a conseqüente abertura da Faculdade, um dia após a reunião do Conselho Administrativo foi realizada Assembleia Geral com todos os membros da Sociedade, visando ratificar as mudanças propostas nos Estatutos, sendo todas “aceitas por unanimidade” (CMPH, 1942c).

Realizadas as devidas alterações, pela segunda vez foi tentada a autorização da Faculdade junto ao Ministério da Educação e Saúde. Em parecer datado de 3 de junho de 1942, o Conselho Nacional de Educação reiteradamente nega a autorização de funcionamento da Faculdade. Salienta-se no parecer que a Sociedade do Santo Rosário cumpriu a normativa legal no sentido de alterar seus estatutos, abrindo margem para a criação da Faculdade. Por outro lado, no que se refere à capacidade financeira, a Sociedade do Santo Rosário possui bens

representados por terrenos e construções. Não há, porém, qualquer referência a rendas produzidas por qualquer fonte e quais sejam as garantias de manutenção dos

cursos a funcionar. O patrimônio referido, constituído por imóveis, não produz renda (CMPH, 1942d).

Em relação ao professorado, as deficiências também não foram corrigidas, apresentando vários professores para os quais não constam “documentação relativa aos seus títulos [...] e quanto à insuficiência dos títulos de alguns professores” (CMPH, 1942d). Para autorização de funcionamento da Faculdade, ainda restava à Sociedade do Santo Rosário comprovar a capacidade financeira suficiente para manter a instituição e a capacidade técnica do corpo docente.

Buscando pela terceira vez a autorização por parte do Ministério da Educação e Saúde, a Sociedade do Santo Rosário encaminha ao Dr. Jurandyr Lodi, Diretor da Divisão de Ensino Superior, um complemento das informações, contendo balanço econômico completo da Sociedade e ficha curricular dos professores. No que se refere à condição da mantenedora, a Sociedade informa a situação indicando a possibilidade de manter a Faculdade, o mesmo acontecendo com o corpo docente, composto de “32 professores, 8 são catedráticos, de escolas superiores, 17 têm curso superior e apenas 7 não possuem curso superior, mas apresentam títulos de magistério e obras publicadas” (CMPH, 1942e). Em resposta ao envio da Sociedade do Santo Rosário, o Ministério da Educação e Saúde responde favoravelmente ao pedido de autorização da Faculdade, em parecer datado de 14 de outubro de 1942, em que a

Comissão de Ensino Superior é favorável ao deferimento do pedido de autorização para o funcionamento dos cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Néo Latinas e Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, a ser mantida, em Belo Horizonte, pela Sociedade do Santo Rosário (CMPH, 1942e).

Após parecer favorável da Comissão de Ensino Superior, Getúlio Vargas publica o Decreto nº 11.120, de 4 de janeiro de 1943, concedendo autorização ao funcionamento da Faculdade²³, com os cursos já citados acima.

² A Irmã Maria Alberto Veras foi escolhida pela Sociedade do Santo Rosário para ser a Diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria. Inicialmente, a Faculdade funcionou no prédio do Colégio Santa Maria, na Rua Jacuí. Posteriormente, somente em 1949, a Faculdade se transferiu para a Praça da Liberdade, no Edifício Palacete Dantas.

³ Relacionaremos os primeiros professores da Faculdade, denominados como “catedráticos fundadores”: Edgard de Godói da Matta Machado, Bolivar de Freitas, João Franzen de Lima, Gil Moraes de Lemos, Afonso dos Santos, Frei Boaventura Chasseriau, Pe. Aginaldo Leal, Waldemar Tavares Paes, Emílio da Silva Ferreira Júnior, Berenice Diniz Peixoto, Floriano de Paula, Tabajara Pedroso, Francisco Batista de Matos, Lúcio José dos Santos, João Eunápio Borges, Aníbal Matos, Aloísio Leite Guimarães, Oscar Mendes Guimarães, Euclides Ferreira da Silva, Aires da Matta Machado Filho, Tancredo Godofredo Viana Martins, José Monteiro de Castro, Biagio Gaetani, José Quintella Vaz de Mello, Hélène Fraisse, José Queiroga Carballada, Henriqueta Lisboa, Zilda

É de notar-se que o processo de autorização de funcionamento da Faculdade durou pelo menos 18 meses, sendo necessárias várias correções nos Estatutos da Sociedade do Santo Rosário para atender às demandas legais para a ereção da Faculdade. Os entraves financeiros são continuidades históricas durante toda a história da Faculdade, até a fundação da Universidade Católica de Minas Gerais.

Após a autorização de funcionamento do estabelecimento de ensino, ficou definido pelo Conselho Técnico Administrativo da Faculdade e chancelado pelo Ministério da Educação e Saúde o número de 40 matrículas por curso ofertado. Entretanto, para o ano de 1943, registraram para os exames vestibulares 34 candidatas⁴ no total de cursos da Faculdade.

Sobre o baixo número de inscritos no vestibular e a conseqüente baixa de matrículas, o Conselho Técnico Administrativo já relata, em reunião do dia 20 de março de 1943, a dificuldade da Faculdade em se manter por conta própria, “resolvendo-se que as despesas serão custeadas quase que exclusivamente pela Sociedade do Santo Rosário” (CMPH, 1943b). Preocupação que perpassa todo o ano letivo, como na reunião da Faculdade do dia 25 de junho de 1943, em que é relatado que o “pequeno número de alunas está longe de cobrir as despesas feitas só com os professores, sem contar muitas outras” (CMPH, 1943c). De fato, o balancete final do ano de 1943 atesta um déficit de mais de onze mil cruzeiros no orçamento da Faculdade, sendo necessário o socorro da mantenedora para que a instituição não entrasse em colapso financeiro.

Em 1944, as dificuldades financeiras parecem ser a maior preocupação da nascente instituição. Na primeira reunião do Conselho Técnico da Faculdade, de 31 de janeiro de 1944, a Diretora expõe aos membros as inúmeras “dificuldades criadas pelo número reduzido de matrículas [...] resolvendo então que os cursos de Geografia e História e Pedagogia funcionarão [...] pelo sistema rotativo” (CMPH, 1944a), significando que os cursos funcionariam em dias alternados da semana, permitindo assim uma melhor utilização do corpo docente, até mesmo uma redução e, conseqüentemente, menor custo para a mantenedora, visto que a Faculdade sequer conseguia pagar suas despesas, tendo que ser socorrida mensalmente pela Sociedade do Santo Rosário.

Por outro lado, em 1944, a Faculdade completa dois anos de funcionamento, apesar das inúmeras dificuldades financeiras oriundas, principalmente, pelo baixo número de matrículas. Nesse mesmo ano, a instituição encaminha para o Ministério da Educação e Saúde

Assunção, Olímpio Mourão de Miranda, Zilá Frota, Maria Luíza de Almeida Cunha, Alda Lodi, José Altimiras e Arduíno Bolívar (CMPH, 1945g).

⁴ Distribuídos da seguinte forma: 2 candidatas no curso de Filosofia, 15 candidatas no curso de Geografia e História, 15 candidatas no curso de Letras Neolatinas e 2 estudantes no curso de Pedagogia. (CMPH, 1943a).

pedido de inspeção junto ao Departamento Nacional de Educação, visando reconhecer os cursos já autorizados pelo Ministério⁵, além de pedir autorização, no mesmo documento, do curso de Letras Anglo-Germânicas⁶, “que interessa sobremaneira, sobretudo pela cadeira de inglês” (CMPH, 1944b).

Observa-se algo curioso em relação à Faculdade: por um lado, apresenta inúmeras dificuldades, sobretudo financeiras, mas também em relação à falta de professores adequados para as respectivas cadeiras, que impediam ou dificultavam o andamento normal dos trabalhos educacionais, institucionais e legais da Faculdade. Eram comuns atrasos na remuneração dos professores, muitos deles inclusive abrindo mão dos vencimentos⁷. Por outro lado, apesar das dificuldades financeiras, a mantenedora da Faculdade insiste no projeto, pedindo, inclusive, ao Ministério da Educação a abertura de mais um curso (Letras Anglo-Germânicas), o que consequentemente aumentaria ainda mais a despesa da Faculdade, que já era deficitária, demonstrando que a Sociedade do Santo Rosário, apesar dos reveses financeiros de 1943 e 1944⁸, apostava no programa educacional católico, a despeito das condições financeiras.

Na observação das fontes documentais, podemos explicar a persistência da Sociedade do Santo Rosário em manter a Faculdade também por outra vertente: a aproximação da ordem religiosa com a Arquidiocese de Belo Horizonte, através da figura de seu primeiro bispo e arcebispo, Dom Antônio dos Santos Cabral. Em 17 de agosto de 1944, o prelado católico faz uma visita *in loco* à Faculdade, motivo de honra para todos daquela instituição, onde seria preparada uma

solenidade à recepção do Sr. Arcebispo. Ficou então combinado que se reunirá nesse dia o corpo docente e discente da Faculdade. Em nome do professorado falará o Dr. Oscar Mendes Guimarães, professor da Faculdade e membro do Conselho Técnico Administrativo; uma aluna fará também uma saudação em nome de suas colegas,

⁵ Cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Neolatinas e Pedagogia.

⁶ Em resposta, o Ministério da Educação e Saúde publica portaria ministerial nº 473, datada de 19 de outubro de 1944, designando o professor da Faculdade de Medicina de Minas Gerais, Afonso Silviano Brandão, como inspetor para verificar as “condições de funcionamento (da Faculdade), para efeito de reconhecimento dos cursos mantidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria” (CMPH, 1944c).

⁷ Em reunião da Congregação da Faculdade, foi pedido aos professores “que se abra mão do pagamento (do repouso semanal acumulado) de 1949 e 1950” (CMPH, 1951d). Em 1953, os professores, buscando evitar o fechamento do curso de pedagogia, propuseram colaborar “com a Escola lecionando gratuitamente” (CMPH, 1953b).

⁸ Nos exames vestibulares para o ano letivo de 1944, somente 5 candidatas foram inscritas e aprovadas. O que revela que não haveria uma melhora financeira, em decorrência do baixo número de matrículas, (CMPH, 1944d), fato atestado também pelo balanço financeiro da instituição, no qual o déficit declarado fora na casa da 21 mil cruzeiros, quase o dobro do valor declarado em 1943 (CMPH, 1944e). Ao todo, a Faculdade contava com 29 alunas, distribuídas em todos os cursos da Faculdade e em diversas séries. Devido ao baixo número de estudantes, a Faculdade adotou o sistema rotativo, que consistia da entrada das alunas nas séries já existentes abrindo, portanto, outra primeira série só quando acontecesse a formatura da primeira turma, num ciclo de três anos (CMPH, 1945a).

sendo recebido com grande entusiasmo pelas alunas e corpo docente (CMPH, 1944f).

No entanto, a aproximação com o Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte não produziu frutos imediatos, e a Sociedade do Santo Rosário continuava à frente da Faculdade, arcando com suas despesas e déficits crescentes. No ano de 1945, ao contrário das expectativas criadas pela Diretoria da Faculdade, nos exames vestibulares daquele ano somente uma estudante foi inscrita, no curso de Filosofia, chegando ao ponto de a Diretora convocar o Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de forma a alertar sobre

as dificuldades criadas para a Faculdade pelo reduzido número de matrículas, uma vez que este ano a Faculdade só teve uma matrícula para o curso de Filosofia. Ficou resolvido que, ainda este ano, as despesas serão custeadas quase que exclusivamente pela Sociedade do Santo Rosário (CMPH, 1945b).

Nem mesmo a autorização concedida pelo Ministério da Educação e Saúde, no sentido de autorizar um segundo vestibular, foi suficiente para aumentar o número de estudantes. Os membros do Conselho Técnico Administrativo se diziam “sem esperanças para novas matrículas, uma vez que as condições são as mesmas⁹ e as alunas que queriam se habilitar, já o fizeram em fevereiro” (CMPH, 1945d).

No entanto, mesmo contando com problemas relacionados ao baixo número de estudantes, a Faculdade se empenha em conseguir o reconhecimento dos cursos pela Divisão do Ensino Superior do Ministério da Educação e Saúde. Nesse desiderato, a comissão encarregada pelo Ministério para inspecionar a Faculdade, presidida pelo prof. Afonso Silviano Brandão, encaminha ao Ministério sua avaliação corroborando com o desejo de reconhecimento dos cursos por parte da Faculdade. Vale-se destacar que o reconhecimento dos cursos era condição *sine qua non* para a emissão de diplomas nacionalmente válidos, e não estando reconhecidos, era uma preocupação da Faculdade, tendo em vista a iminente formatura das estudantes que ingressaram em 1943. Nesse relatório, Brandão enfatiza o aspecto confessional da instituição, que é baseado em “princípios cristãos, mais intimamente para atender à índole e às tradições religiosas de nosso povo” (CMPH, 1945c), destacando ainda que, apesar de

⁹ As condições estabelecidas para a entrada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria eram: 1ª - Só poderiam frequentar moças e religiosas; 2ª - Apresentar certificado de conclusão de Curso Secundário; 3ª - Apresentar Carteira de Identidade; 4ª - Apresentar atestado de sanidade física e mental; 5ª - Apresentar atestado de vacinação; 6ª - Atestado de idoneidade moral; 7ª - Apresentar certidões que comprovem a idade mínima de 18 anos; 8ª - Aprovação nos exames vestibulares; 9ª - Pagamento das taxas de matrícula e primeira mensalidade; e 10ª - Dois retratos no Cartão de Matrícula e Ficha Escolar (CMPH, 1945c).

uma precariedade na situação financeira da Faculdade [...] onde os déficits verificados nesses balancetes, parecem indicar deficiência de recursos que poderiam refletir direta e prejudicialmente no regular funcionamento da Faculdade. Entretanto, isso não se verifica, porque não visando a Sociedade somente os proventos da exploração desse Estabelecimento de Ensino Superior mas principalmente atingir as suas finalidades culturais e realizar os elevados propósitos que [...] a Sociedade organizada em 1904 exclusivamente para educar e instruir dentro dos moldes e princípios cristãos de nossa gente, quis, sem se ater a possíveis sacrifícios de ordem financeira, ampliar o seu programa, estender as suas atividades, completar a sua finalidade, criando mais esta Faculdade que, servindo de cúpula à sua organização, garantiria em orientação o preparo daqueles que, em futuro próximo, iriam, no magistério do Ensino Secundário ou Normal, nortear pelas mesmas diretrizes cristãs os conhecimentos com que alicerçam a sua formação cultural e moral (CMPH, 1945c).

Importante destacar o forte apelo ao caráter confessional da instituição como predicado para o reconhecimento de seus cursos. Em seu relatório, Brandão afirma a dificuldade financeira da escola, o baixo número de estudantes, a precariedade da biblioteca¹⁰. Entretanto, a nosso ver, ao serem sopesados esses fatores, a confessionalidade da instituição, ao propor valores cristãos católicos e reafirmando a tradicionalidade religiosa, é o fator preponderante para o próprio existir da Faculdade, reafirmando na prática as ideias de Gramsci (1991) e Casali (1995) ao focar que a Igreja, seja nas ordens religiosas ou enquanto instituição, procura no século XX adentrar no círculo sócio-político da sociedade através de um projeto de educação, formando profissionais cristãos capazes de atuar no meio social, expandindo os valores cristãos, levando assim a Igreja de volta ao centro das atenções. Advogando a favor da Faculdade, no que se refere ao reconhecimento dos cursos, o relatório conclui salientando que a Faculdade “vem satisfazer grande aspiração e preencher sensível lacuna no ensino superior para um Estado, cujo povo de cultura e tradições (são) eminentemente católicas” (CMPH, 1945c).

Corroborando com as informações repassadas pela equipe de Brandão, o inspetor de ensino responsável por inspecionar as instituições de ensino superior de Belo Horizonte, José Albano de Moraes, envia ao Ministério da Educação e Saúde suas impressões pessoais sobre a Faculdade, afirmando ser a Faculdade “definidamente católica, [...] com orientação do pensamento dentro de um campo filosófico definido [...] que conduz o homem até a verdade divina” (CMPH, 1945e), mais uma vez elevando a missão confessional da Sociedade do Santo Rosário, acrescentando que

¹⁰ “A seção de Língua e Literatura Italiana, por exemplo, é deficiente e está mal adaptada” (CMPH, 1945c). Brandão faz uma ressalva, por outro lado, enfatizando a dificuldade de obtenção de obras em decorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

sob o ponto de vista econômico, certamente a Faculdade não tem sido um sucesso para a Sociedade do Santo Rosário, que a mantém. As Irmãs Dominicanas, no entanto, não se deixam abater por tal fracasso econômico inicial, pois que, fiéis à sua missão humana e divina, sustentarão a Faculdade [...] (CMPH, 1945e).

Tanto no relatório capitaneado por Brandão quanto na correspondência de Albano, observa-se, mais uma vez, que o fracasso financeiro (como descrito por Albano) deve ser relativizado em função de a Faculdade ter uma “missão” ao promover a obra católica, proporcionando a reentrada da Igreja na educação e, por ela, nos círculos sociais elevados de Minas Gerais e do Brasil. Para além de relatórios formais para o reconhecimento dos cursos da Faculdade, Albano e Brandão verdadeiramente defendem e fazem votos que a Faculdade seja reconhecida, mesmo não tendo condições financeiras suficientes para se manter sem os auxílios constantes de sua mantenedora.

Diante das opiniões amplamente favoráveis ao reconhecimento dos cursos da Faculdade, mesmo diante da precariedade financeira, o que, segundo o Decreto Lei nº 421, de 11 de maio de 1938, seria um entrave para o reconhecimento, foi concedido o reconhecimento, no decreto presidencial nº 20.201, de 14 de dezembro de 1945. O decreto reconhecia os cursos “de filosofia, geografia e história, letras clássicas, letras neolatinas e pedagogia mantidos pela Faculdade de Filosofia” (BRASIL, 1945). O resultado foi recebido com entusiasmo pela Congregação da Faculdade, em reunião do dia 20 de dezembro daquele mesmo ano (CMPH, 1945f). Por outro lado, o curso de Didática e Letras Anglo-Germânicas, pleiteados pela Faculdade, não foram reconhecidos pelo mesmo decreto.

Após o reconhecimento dos cursos, segue na Faculdade um clima entre o corpo docente de que o número de estudantes poderia aumentar em 1946, conseguindo, conseqüentemente, sanar as dificuldades financeiras da instituição. Em parte, a Faculdade conseguiu, em relação aos anos anteriores, aumentar seu número de matrículas¹¹, não sendo suficiente, entretanto, para que a despesa da Faculdade fosse coberta pela própria Faculdade, sem o auxílio da Sociedade do Santo Rosário. Em reunião do Conselho Técnico Administrativo, fica registrado que a Sociedade teve de cobrir déficit de dezoito mil cruzeiros (CMPH, 1946b).

Além dos problemas financeiros recorrentes à Faculdade desde seu reconhecimento, em 1943, o não reconhecimento do curso de Didática por parte do Ministério da Educação e Saúde impunha um difícil imbróglio para a instituição: todas as estudantes que seriam

¹¹ 18 estudantes foram admitidas em 1946 nos cursos de Filosofia (4 estudantes), Pedagogia (11 estudantes) e Letras Neolatinas (3 estudantes) (CMPH, 1946a).

diplomadas em 1946¹², nas primeiras turmas da Faculdade, não poderiam exercer seu mister no magistério. Recorrendo mais uma vez ao inspetor federal responsável pela verificação da instituição, Sr. José Albano de Moraes, foi encaminhado à Divisão do Ensino Superior um relatório pedindo o reconhecimento do curso de Didática. Diferentemente dos relatórios anteriores, balancetes e atas do Conselho Técnico Administrativo, Moraes afirma que a Faculdade “possue capacidade financeira e que dispõe de edifícios e instalações apropriadas” (CMPH, 1946c). Ressaltamos que o parecer do inspetor difere dos dados econômicos da própria instituição, que ressaltam déficits desde a sua fundação, e que, em alguns anos, como em 1944, o déficit foi duas vezes superior à arrecadação da Faculdade em relação a matrículas e mensalidades. Por outro lado, a Faculdade funcionava ainda em caráter provisório junto ao Colégio Santa Maria, não dispondo ainda de sede própria e independente. O relatório também difere de todos os anteriores ao não mencionar o caráter confessional da instituição, algo comum e até supervalorizado em outros relatórios, tanto do próprio inspetor em questão como de outras autoridades. Mesmo assim, o inspetor federal junto à instituição conclui em seu relatório encaminhado ao Ministério

que a autorização do Governo Federal para que o Curso de Didática possa funcionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, de Belo Horizonte, viria solucionar a situação de grande número de moças e religiosas que, tendo já algum curso da Faculdade não podem entretanto considerar-se aptas para o exercício do magistério (CMPH, 1946c).

Contando com o aval positivo do inspetor, a Diretora Irmã Maria Alberto Veras confirma ao Conselho Técnico Administrativo, em reunião no final do ano de 1946, que o curso de Didática da Faculdade fora autorizado¹³ pelos órgãos competentes (CMPH, 1946e), resolvendo, assim, dois problemas ao mesmo tempo: a Faculdade teria mais uma opção de curso, podendo aumentar o número de estudantes; assim como resolveria as pendências das estudantes que iriam concluir os estudos em 1946, já estando legalmente aptas para o magistério. Por um lado, a autorização do curso de Didática não trouxe, no ano seguinte, um aumento do número de matrículas, sendo registrada, mais uma vez, uma baixa procura pelos cursos da Faculdade¹⁴. Buscando tentar equilibrar a situação financeira, a Diretora da Faculdade, Jeanne de La Croix, convoca duas reuniões, uma da Congregação da Faculdade e

¹² 6 estudantes concluiriam seus estudos em 1946, sendo 2 estudantes de Geografia e História, 2 de Letras Neolatinas e 2 de Pedagogia (CMPH, 1946d).

¹³ Decreto Federal nº 22.170, de 25 de novembro de 1946.

¹⁴ Apenas 2 estudantes no curso de Filosofia, 2 no curso de Letras Neolatinas e 4 no curso de Pedagogia (CMPH, 1947a).

outra do Conselho Técnico Administrativo, no final do ano de 1947, visando conseguir uma subvenção federal para a instituição, ficando decidido também que, pela primeira vez, serão concedidas bolsas de estudos para estudantes em dificuldade financeira¹⁵. Paralelamente, a Faculdade tentou, ao longo de todo o ano de 1948, subvenções também junto ao governo estadual de Minas Gerais, visitando o governador em pelo menos três ocasiões daquele ano¹⁶.

A transmissão para a Sociedade Mineira de Cultura

Em 1948, é fundada em Belo Horizonte, por iniciativa do Arcebispo Metropolitano, Dom Antônio dos Santos Cabral, a Sociedade Mineira de Cultura, que tem como objetivo manter e promover instituições de ensino cristãs católicas. Inspirado nos exemplos já existentes das Universidades Católicas do Rio de Janeiro e de São Paulo, Dom Cabral deseja, ao fim e ao cabo, a criação de uma Universidade Católica em Minas Gerais. Acontece, a nosso ver, um movimento que culmina num encontro de interesses, seja por parte da Arquidiocese como por parte da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, representada por sua mantenedora, a Sociedade do Santo Rosário.

Por um lado, a criação de uma Universidade não seria tarefa simples para Dom Cabral. Nem sequer sede própria para a instalação da futura instituição havia. Além disso, acrescenta-se o fato dos trâmites legais para a autorização de cursos e sua implementação, lembrando que a própria Faculdade de Filosofia leva quase dois anos para ter a autorização de seus cursos aprovada pelo Ministério da Educação. Pelo lado da Sociedade do Santo Rosário, observamos um desgaste, sobretudo financeiro, na capacidade da Sociedade em conseguir manter a Faculdade de portas abertas, crescendo ao baixo número de matrículas, fato recorrente desde a sua fundação.

Aproveitando-se da proximidade estabelecida com a Igreja, na figura de Dom Antônio, que fez uma primeira visita na Faculdade em 1944 (CMPH, 1944f), os membros daquela instituição estreitam os laços com o arcebispo, antes mesmo da fundação da Sociedade Mineira de Cultura, para que a Faculdade de Filosofia possa integrar a futura

¹⁵ Três estudantes frequentaram a Faculdade, a partir de 1947 matriculadas gratuitamente. Considerando o total de estudantes naquele ano (35), o percentual de bolsas não passara de 8 por cento em relação ao número de estudantes regularmente matriculadas (CMPH, 1947b).

¹⁶ Em ata do Conselho Técnico Administrativo, de 8 de junho de 1948, fica registrada a organização de “uma comissão composta da Vice-diretora e alguns professores para ir ao Palácio resolver com o Sr. Governador o caso da subvenção prometida” (CMPH, 1948a), assunto este tratado também nas reuniões de 30 de maio, onde fora feito “o pedido de subvenção [...] ao Sr. Governador do Estado, que ainda não lhe dera solução, embora tenha prometido atender” (CMPH, 1948b) e 17 de outubro onde fora “proposta nova visita ao Sr. Governador do Estado” (CMPH, 1948c).

Universidade Católica de Minas Gerais. Já na primeira reunião do Conselho Técnico Administrativo, datada de primeiro de fevereiro de 1948, foi “comunicado o resultado da visita feita pelos Srs. Professores ao Sr. Arcebispo de Belo Horizonte” (CMPH, 1948d), cujo assunto tratado versava sobre a transmissão da Faculdade de Filosofia para a Arquidiocese de Belo Horizonte. Deve-se destacar que, ao que parece, havia um clima institucional favorável à mudança dentro da Faculdade, visto que as tratativas de negociação com o arcebispo não vinham somente por parte da Direção da Faculdade, mas também com membros do corpo docente, que também se empenhavam, sobremaneira, visando resolver os problemas financeiros da instituição, fazendo visitas, como as já citadas, ao governador do Estado e recorrendo a contatos políticos visando à aprovação de subvenções para a Faculdade.

As tratativas com Dom Cabral perpassam todo o ano de 1948, sinalizando para um desfecho positivo no último trimestre daquele ano. Em outubro, a diretora em exercício da Faculdade comunica “aos Srs. Conselheiros a próxima transmissão da Faculdade à Arquidiocese, pedindo-lhes sugestões de cláusulas para a referida transmissão” (CMPH, 1948c). As tratativas se intensificam e, em reunião de novembro de 1948, o assunto tratado pelo Conselho Técnico Administrativo novamente era a transmissão da Faculdade, cuja situação só estava “dependendo da resolução final do Sr. Arcebispo” (CMPH, 1948e). Em 21 de dezembro a

Sra. Presidente comunicou ao Conselho a reunião havida, dias antes, entre o Sr. Arcebispo, a Superiora Geral da Congregação Dominicana, a Vigária Geral do Brasil e a vice-diretora da Faculdade. Nessa reunião o Sr. Arcebispo expôs claramente o seu plano, disse que se fizesse um pedido de incorporação de nossa Faculdade à Sociedade Mineira de Cultura; pediu que se fizesse também matrículas para o sexo masculino (CMPH, 1948f).

A transmissão da Faculdade para a Sociedade Mineira de Cultura já era dada como certa, pois, antes mesmo dos trâmites legais, Dom Cabral já pede que a Faculdade, até então destinada somente a moças e religiosas, abra suas portas também para estudantes do sexo masculino, sendo a medida aprovada por todos os presentes, inclusive as Irmãs Superiores da Ordem Dominicana.

Do ponto de vista legal, o contrato de transmissão entre a Sociedade do Santo Rosário e a Sociedade Mineira de Cultura foi concluído em janeiro de 1949, quando, em sessão do Conselho Técnico Administrativo, o professor José Altimiras, encarregado de elaboração do contrato, leu as bases do mesmo (CMPH, 1949a), sendo aprovadas na reunião. Firmado oficialmente em 9 de fevereiro de 1949, a partir desta data, a Faculdade passa a integrar a

Sociedade Mineira de Cultura, sendo a primeira instituição integrada à dita Sociedade com vistas a formação da Universidade Católica de Minas Gerais.

Cabe a nós uma análise detida sobre o contrato de transmissão da Faculdade, elaborado nos seguintes termos: já no seu primeiro parágrafo, a Sociedade do Santo Rosário “transmite à Sociedade Mineira de Cultura, para fins de incorporação à futura Universidade Católica de Minas Gerais, o direito de reconhecimento dos cursos já instalados e em funcionamento” (CMPH, 1949b, p. 1), ou seja, embora não estivesse ainda constituída, fato que só se concretizaria em dezembro de 1958, fica exposto que a finalidade de incorporação da Faculdade é que esta fizesse parte da Universidade Católica de Minas Gerais, e que a Sociedade do Santo Rosário transmitiria à Sociedade Mineira de Cultura não só a administração da Faculdade, mas, principalmente, o direito de reconhecimento dos cursos, o que pouparia tempo considerável a ser gasto pela Sociedade Mineira de Cultura, num novo processo de reconhecimento, tendo em vista que a Faculdade demorara quase dois anos para que seus cursos fossem reconhecidos.

Por outro lado, a Sociedade do Santo Rosário deveria entregar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria “inteiramente desonerada de dívidas, não respondendo, desde a assinatura do presente pacto contratual, por qualquer ônus ou despesas” (CMPH, 1949b, p. 1). Dessa forma, a Sociedade Mineira de Cultura receberia a Faculdade livre de pendências financeiras, visto que a mesma instituição, desde a autorização de seu funcionamento em 1942, acumulava déficits orçamentários e remunerava inadequadamente seus professores (CMPH, 1949c). Por outro lado, qualquer patrimônio móvel pertencente à Faculdade até aquela data, em especial imóvel adquirido na rua Januária, em Belo Horizonte, permaneceria com a Sociedade do Santo Rosário.

Em relação ao corpo docente, fica resguardado que os

professores catedráticos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria terão garantidos suas respectivas cátedras [...] em especial (grifo nosso) os professores José Altimiras¹⁷ e João Camilo de Oliveira Torres (CMPH, 1949b, p. 2).

Estavam descartadas legalmente, portanto, mudanças no corpo docente da Faculdade, visto que este mesmo corpo docente atuara fortemente em prol da transmissão da Faculdade para a arquidiocese, como também no intuito do recebimento de subvenções, sejam elas federais ou estaduais.

¹⁷ Além de professor, José Altimiras foi eleito em fevereiro de 1949 como vice-diretor da instituição, já agora pertencente à Sociedade Mineira de Cultura (CMPH, 1949d).

Por outro lado, a Sociedade Mineira de Cultura se comprometeria a assegurar a gratuidade dos estudos para qualquer Irmã Dominicana da Congregação do Santo Rosário que quisesse ingressar na Faculdade, assim como a contratar pelo menos um padre dominicano para lecionar na Faculdade.

Noticiando a incorporação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria à Sociedade Mineira de Cultura, o jornal “O Diário”, principal meio de comunicação católico da capital mineira, exalta o início da “Universidade Católica de Minas Gerais [...] obra de transcendental relevo, a cuja plena efetivação vem o dinâmico metropolitano belo-horizontino dedicando os mais abnegados esforços” (CMPH, 1949g). O mesmo periódico relata também a cerimônia de transferência da Faculdade, realizada no Palacete Dantas, nova sede da instituição. Nessa cerimônia, José Altimiras, professor da Faculdade, afirma que a instituição é “pedra angular no majestoso edifício da Universidade Católica de Minas Gerais” (CMPH, 1949g), exaltando o apostolado de grande visão de Dom Cabral, replicando em Minas Gerais o “milagre de São Francisco” (CMPH, 1949g), ao conseguir fazer muito com poucos recursos e com uma arquidiocese de menos de 30 anos. Concluindo, Altimiras ainda ressalta a importância do catolicismo, visto que “a salvação do mundo não está condicionada à ciência, à técnica, à filosofia agnóstica, mas à ciência com Deus, à técnica com Deus e à Filosofia com Deus, causa das coisas, criador de todas as ciências” (CMPH, 1949g). No mesmo sentido, são as falas do diretor da Faculdade, Pe. Orlando Machado, destacando ainda que o “problema das Universidades é o das elites, não o das classes” (CMPH, 1949g), reforçando o projeto elitista de educação, e que através da “formação integral da pessoa o homem encontra sua liberdade com Deus” (CMPH, 1949g).

Na mesma solenidade, falou o Arcebispo de Belo Horizonte e presidente da Sociedade Mineira de Cultura, Dom Antônio dos Santos Cabral. Ao começar sua fala, Dom Antônio afirma que

Deus Nosso Senhor lhe conferiu a grande alegria de poder assistir ao início das atividades da Universidade Católica, obra que é divina, necessária e urgente [...] e isto porque esta obra não é minha, mas é uma obra querida de Deus e que, portanto, a todos vós deve interessar (CMPH, 1949g).

Prova da boa vontade divina para com o projeto da Universidade seria, segundo o Arcebispo, a aprovação de doação, por parte da prefeitura de Belo Horizonte, do valor de três mil cruzeiros para a Sociedade Mineira de Cultura, que permitirá “dar maior impulso à construção das duas primeiras Faculdades, a de Filosofia e a de Direito” (CMPH, 1949g). Ao

fechamento da solenidade, Dom Cabral crê na emergência do ensino confessional católico, visto como “condição da vitória dos bons sobre os princípios deletérios que ameaçam subverter a civilização” (CMPH, 1949g).

Tomando as rédeas da instituição, através da Sociedade Mineira de Cultura, Dom Antônio dos Santos Cabral promove, ao longo de 1949, uma série de mudanças na instituição. A começar, abre as portas para estudantes do sexo masculino, objetivando com isso aumentar o número de matrículas e que a Faculdade se mantivesse por conta própria, sem precisar recorrer ao auxílio financeiro da mantenedora. No que tange ao aspecto confessional, este deveria ser reforçado, sendo incluídas no Regimento da Faculdade as cadeiras comuns em todos os cursos de “Teodiséia e Ontologia, que não podem faltar numa Faculdade Católica” (CMPH, 1949e), exigindo também que a Faculdade influísse “nos outros estabelecimentos de ensino, para levantar a moral do ensino” (CMPH, 1949e). Para reforçar ainda mais o aspecto confessional seria pedido “ao Santo Padre que mande cinco professores à Faculdade, que venham nos ajudar no trabalho” (CMPH, 1949e). Em reunião da Congregação, datada de 22 de agosto de 1949, contando com a presença de Dom Cabral, ficou decidida também a transferência da Faculdade para novo prédio, alugado, na Praça da Liberdade. A Faculdade funcionaria juntamente com outra instituição pertencente à Sociedade Mineira de Cultura: a Faculdade Mineira de Direito. Ambas funcionariam no Palacete Dantas, ao lado da sede do executivo estadual mineiro e do palácio Cristo Rei, residência oficial do Arcebispo de Belo Horizonte. Na mesma reunião, Dom Cabral “ressalta a necessidade de construção do prédio próprio para o funcionamento da Faculdade, como das outras: a de Direito, a de Serviço Social e de outras mais que se forem incorporando, em ordem à futura organização da Universidade Católica de Minas Gerais” (CMPH, 1949c), mostrando inequívoca intenção, por parte do arcebispo, da criação de uma universidade católica em Minas Gerais. Curioso notar o apelo feito por Dom Cabral no que se refere aos esforços econômicos, no sentido de serem priorizados para a construção de prédios próprios para as Faculdades, tendo em vista a difícil situação financeira da Faculdade de Filosofia. Alguns membros do corpo docente, como o professor Edgar de Godoi da Mata Machado, revelam que muitos professores abriam mão da remuneração das aulas e que estas vinham com frequência em atraso, além do baixo valor pago aos docentes. Na mesma reunião, o professor Aires da Mata Machado, irmão de Edgar, protesta “contra a ideia da construção de prédios, sem se atender, em primeiro plano, ao aumento dos salários dos professores, que recebem apenas trinta cruzeiros por aula” (CMPH, 1949c). Para Dom Cabral, no entanto, a prioridade era a construção dos prédios, devendo os professores saber da

função sagrada de seu cargo, sobretudo em estabelecimentos como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, de orientação católica, para que se eleve, cada vez mais, o plano de ensino e não se decepcionem os alunos, na vida prática. Se houver, na Faculdade, professores que aberrem dessa tonalidade, que sejam substituídos (CMPH, 1949c).

Para o arcebispo, no que concerne ao magistério, era encarado como uma missão, ao difundir os valores católicos perante a sociedade, objetivando a formação do homem cristão e o fortalecimento da Igreja. Portanto, os professores deveriam, na visão de Dom Cabral, atuar como verdadeiros missionários, no sentido de até mesmo abrirem mão momentaneamente dos vencimentos em favor da causa da edificação material da Universidade Católica. No mesmo sentido, nota-se um forte apelo ao caráter confessional da instituição, no que se refere à formação e orientação católica, sendo encarado como uma transgressão, passível da substituição do professor, aqueles que não se enquadrem numa concepção católica de ensino. Concluindo, o arcebispo ainda afirma que sua preocupação é a “constituição do patrimônio da futura Universidade, para que esta se possa bastar a si mesma, com plena autonomia econômica e financeira” (CMPH, 1949c), e que esforços não deveriam ser medidos rumo à consecução desse desiderato.

Com os trâmites acertados entre a Sociedade do Santo Rosário e a Sociedade Mineira de Cultura, ao final de 1949, o professor José Altimiras, vice-diretor em exercício, encaminha correspondência ao Ministério de Educação e Saúde o pedido de abertura de novos cursos na instituição¹⁸, exaltando que constará nos respectivos cursos “o de Religião, cujos postulados sempre orientaram a moral cristã da mocidade estudiosa da Faculdade” (CMPH, 1949f), reforçando o caráter confessional da instituição como justificativa para a abertura dos novos cursos.

Abordando aula inaugural de Curso de Extensão Universitária, ministrada pelo professor Henrique José Hargreaves, intitulada “O Verdadeiro sentido da Universidade Católica”, o periódico “Folha de Minas”, de 27 de outubro de 1950, afirma, citando as falas do professor, que a

Universidade Católica deverá ser um centro de formação científica, de formação cultural e de formação moral [...] que numa Universidade Católica se confunde com a formação religiosa [...] ciente da responsabilidade dos professores de uma Faculdade Católica, no que concerne à educação e à instrução dos jovens [...] constituindo a tríplice formação humana: no plano científico, cultural e moral (CMPH, 1950i).

¹⁸ Curso de Matemática, Química, História Natural e Letras Anglo Germânicas (CMPH, 1949f).

No primeiro ano da década de 1950, a instituição estabelecerá três marcas importantes de sua história. Primeiramente, a Faculdade passa a cargo, como já analisado, à Sociedade Mineira de Cultura, sob a diretriz de Dom Cabral, no exposto sentido de ser um dos núcleos da futura Universidade Católica de Minas Gerais. Em segundo lugar, a Faculdade é transferida para a Praça da Liberdade, sendo estabelecida junto ao Palacete Dantas. Por fim, os vestibulares desse mesmo ano marcam a entrada dos primeiros homens na Faculdade¹⁹, onde até então só eram permitidas mulheres leigas ou religiosas. Todas essas mudanças estão de acordo com o desiderato, exposto por Dom Cabral através da criação da Sociedade Mineira de Cultura, de criação da Universidade Católica de Minas Gerais. Para atingir esse objetivo, o Arcebispo mantém estreito vínculo com a Faculdade, nomeando clérigos de sua jurisdição para ocupar cargos da Direção da Faculdade, como o Padre Agnaldo Leal, nomeado diretor em 1950, e o Padre Orlando Vilela, diretor da instituição de 1954 até 1965²⁰. Todos os diretores e diretoras da Faculdade, entre 1942 até 1958, pertenciam ao clero, de ordens religiosas, como as Irmãs do Santo Rosário, ou membros do clero da própria arquidiocese. O arcebispo também se faz presente em inúmeras reuniões administrativas da Faculdade, notadamente o Conselho Técnico Administrativo, imprimindo suas ideias junto ao corpo docente. Nessa direção, em reunião do Conselho Técnico Administrativo de 23 de abril de 1950, Dom Cabral insiste na continuidade da prestação de serviços da Faculdade, oferecendo cursos e formando turmas “mesmo que tenha um só aluno” (CMPH, 1950c), buscando também ir atrás de mais subvenções estaduais e, sobretudo federais²¹. A persistência no funcionamento dos cursos, para além de satisfazer o desejo de formação da Universidade

¹⁹ Em relação aos anos anteriores, houve uma melhora significativa no número de matrículas, apesar de ainda baixas e aquém da expectativa da instituição. Atribuímos a dois fatores como fundamentais para o aumento de matrículas: a abertura a estudantes do sexo masculino e a oferta de novos cursos. Em 1950, 26 estudantes prestaram exames vestibulares, sendo: 3 estudantes do curso de Pedagogia; 2 estudantes do curso de Letras Neolatinas; 5 estudantes do curso de Letras Clássicas; 3 estudantes do curso de Geografia e História; 2 estudantes do curso de Matemática; 2 estudantes do curso de Letras Anglo Germânicas e 9 estudantes do curso de Filosofia (CMPH, 1950a). No total, contando com os estudantes calouros e veteranos, neste ano de 1950 a Faculdade contava com 43 matrículas ativas (CMPH, 1950b).

²⁰ Dentro de nosso recorte temporal, a Faculdade teve quatro diretores e um vice-diretor em exercício, sendo: Diretora Irmã Maria Alberto Veras (1943-1947), Diretora Irmã Jeanne da Piève (1947-1950), Diretor Padre Agnaldo Leal (1950-1952), Vice-diretor em exercício Prof. Oscar Mendes Guimarães, em virtude de afastamento por motivo de saúde do Padre Agnaldo Leal, e Pe. Orlando Oliveira Vilela (1954-1965).

²¹ Em carta endereçada ao Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, Dom Cabral solicita amparo financeiro, pois a Sociedade Mineira de Cultura e as Faculdades Católicas a ela ligadas (Direito, Filosofia, Enfermagem e Serviço Social) trabalham “pelos postulados católicos, para a defesa da civilização cristã em nossa querida terra” (CMPH, 1950f). Ressalta também as subvenções recebidas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a Universidade Católica do Rio Grande do Sul, de modo que a subvenção para as Faculdades Católicas de Minas Gerais seria legítima, e, mais ainda, justa. Em 8 de setembro de 1950 (CMPH, 1950g) foi nomeado por Dom Cabral o reitor das Faculdades Católicas, Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, bispo de Uberaba. (CMPH, 1950h).

Católica, pode ser encontrada também no que tange ao recebimento de subvenções. Para a instituição legalmente estar apta a receber subvenções federais, deveria comprovar pleno funcionamento de todos os seus cursos há dez anos. Tendo a Faculdade sido fundada em 1942 e em funcionamento em 1943, deveria se manter, a qualquer custo, até 1953, para fazer jus ao recebimento das verbas federais.

A precariedade da situação financeira, em detrimento dos esforços para a construção de nova sede, respingava principalmente no corpo docente, que não recebia regularmente os salários e eram menos do que recebiam professoras primárias²², e também no corpo discente. Em carta encaminhada ao Conselho Técnico Administrativo, datada de 17 de abril de 1950 e discutida no órgão na mesma reunião de 23 de abril, os estudantes relatam “a falta de uma biblioteca à qual possamos recorrer para ampliação dos estudos em aula, e para consulta bibliográfica na elaboração dos trabalhos de estágio” (CMPH, 1950c), além da falta de professores em diversas cadeiras dos cursos da Faculdade²³. No curso de Geografia, por exemplo, os estudantes relatam que “o curso tem se ressentido da ausência absoluta de material didático. Não há na Faculdade um único aparelho em carta geográfica” (CMPH, 1950c). Além de todos esses problemas, acrescentamos também a adoção do sistema rotativo de ensino, em que estudantes de diversas séries eram agrupados numa mesma turma, com o objetivo de diminuir os custos com salários de professores.

Paralelamente, mesmo enfrentando dificuldades financeiras para manter os cursos já existentes, a Faculdade conseguiu, através do Conselho Nacional de Educação, o funcionamento dos cursos de Matemática, Letras Anglo-germânicas e Ciências Sociais (CMPH, 1950d), aumentando, no final de 1950, seu déficit anual para a casa de 384.000,00 cruzeiros (CMPH, 1950e).

No entanto, o movimento de aumento de matrículas, iniciado em 1950, continua em 1951, contando com 35 novas matrículas nos diversos cursos da instituição (CMPH, 1951a). Buscando atender à demanda dos estudantes no que se refere à melhora da qualidade de ensino, Dom Cabral intervém diretamente, ao remeter à Faculdade a determinação da “distribuição de cursos e dissipação dos professores para as cadeiras vagas” (CMPH, 1951b),

²² Em entrevista ao jornal “Mensagem”, em 1959, o Padre Orlando Vilela enfatiza: “A Faculdade mantém 10 cursos. O pagamento de nosso corpo docente, que é formado de 42 professores (recebem um salário irrisório de 73 cruzeiros por aula, menos do que qualquer professora primária) está atrasado quase três meses. Tem a Faculdade, por cima de tudo, uma dívida superior a 1 milhão de cruzeiros” (Passos, 1987, p. 88).

²³ Cadeiras de Matemática, Geografia Humana, Geografia Física, Estatística, Língua e Literatura Italiana, Literatura Portuguesa, Didática Geral e Didática Especial de Pedagogia, sem professores. Na cadeira de Biologia, os estudantes citam a falta de compatibilidade entre a professora e o plano de curso. Em História da Filosofia, o professor se “restringe a uma leitura do compêndio do Padre Leonel França e de algumas notas complementares” (CMPH, 1950c).

em que os professores catedráticos deveriam assumir suas respectivas cadeiras, podendo contratar assistentes. Por outro lado, aqueles que não assumissem as aulas deveriam ser desligados da instituição.

Interessante notar que o processo de unificação junto à Sociedade Mineira de Cultura, iniciado em 1948, vai tomando forma e corpo ao longo dos anos. Em 1951, a Faculdade passa a ser, além de mantida, controlada financeiramente pela Sociedade Mineira de Cultura, onde haveria uma unificação das contas de todas as Faculdades a ela confiadas, em outras palavras, “ficou acertado que as transações ficarão a cargo da Sociedade Mineira de Cultura, e não de uma Faculdade para outra” (CMPH, 1951c). A mantenedora, tendo como presidente o arcebispo de Belo Horizonte, passaria então a controlar o fluxo de caixa de suas instituições vinculadas, além de ser ela o canal responsável pelo recebimento das subvenções estaduais e federais, não mais passando pelas mãos das Faculdades de forma individual. Essa unificação não parece ter resolvido os problemas financeiros, sobretudo os relacionados ao pagamento dos professores, que tiveram de abrir mão do direito do repouso semanal atrasado desde 1949. Tal situação gerou inúmeras discussões entre o corpo docente da Faculdade. Por um lado, a Sociedade Mineira de Cultura investia pesadamente na construção de nova sede (Edifício Dom Cabral) e na abertura de novos cursos e Faculdades. Por outro lado, deixava de fazer suas necessidades básicas, como o pagamento adequado dos professores. Tal situação levou o professor José Quintella Vaz de Melo a perguntar “o porquê da criação da Faculdade de Medicina esse ano uma vez constatada a situação financeira da Sociedade Mineira de Cultura” (CMPH, 1951d).

A Faculdade de Filosofia não ficava à margem também das discussões políticas da época. No contexto pós-Segunda Guerra Mundial, o mundo estava bipolarizado entre a potência capitalista ocidental, Estados Unidos, e a potência socialista oriental, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Essa dicotomia política levou a efeito a formação de suas principais correntes políticas no Brasil. Aliado a uma perspectiva liberal e próxima aos Estados Unidos, os chamados “entreguistas” eram favoráveis à política capitalista e a um alinhamento automático do Brasil com os Estados Unidos. Por outro lado, agrupados genericamente como nacionalistas, tínhamos os grupos que defendiam uma política autônoma do Brasil, buscando o não alinhamento com as potências, ou então, em grupos mais radicais, o alinhamento com a União Soviética. Nesse sentido, a disputa ideológica entre esquerda e direita se manifesta na Faculdade de Filosofia. Em reunião do Conselho Técnico Administrativo de 20 de maio de 1951, foi abordado o “delicado assunto da política estudantil da Escola, mostrando como os alunos se dividiram em grupos que se debatem mutuamente,

em estéril luta política” (CMPH, 1951e). O assunto perpassava a política estudantil, em que professores também entravam em discussões uns com os outros, sendo necessários a intervenção da Diretoria e o próprio afastamento de docentes.²⁴ Interessante notar a preocupação das instituições em relação à orientação política dos professores e estudantes. Na Faculdade de Enfermagem Hugo Werneck, encontramos explicitamente uma proibição para estudantes de militância em organizações de esquerda.

Acreditamos ser explicado pelo fato de que as orientações políticas poderiam atrapalhar o objetivo central das Escolas católicas: a formação de uma elite intelectual católica, energizada e capaz de atuar no meio social, levando o catolicismo até os altos postos da administração pública e privada. Ou seja, a formação do catolicismo enquanto partido, com relações de poder. A difusão de outras ideologias que não a católica em seus estabelecimentos iria de encontro ao objetivo da Igreja.

Por outro lado, além dos problemas relacionados ao corpo docente e suas relações com os estudantes, a situação financeira da Faculdade, ao longo da década de 1950, não apresenta melhoras. Apesar de um relativo aumento no número de matrículas após a mudança para a Sociedade Mineira de Cultura, a situação passa a uma estagnação, quando, no vestibular de 1952, somente 29 estudantes são inscritos para o exame (CMPH, 1952a), sendo pensado inclusive que a Arquidiocese de Belo Horizonte passasse para a Faculdade alguns de seus patrimônios com o objetivo de equacionar as dívidas (CMPH, 1951f). A situação caminhava para a insustentabilidade, visto que os problemas da Faculdade eram de duas ordens: primeiramente, o fluxo de caixa. As fontes de financiamento da Faculdade eram basicamente as mensalidades dos estudantes, ainda em números muito diminutos, e as subvenções estaduais que eram repassadas pela Sociedade Mineira de Cultura. Esses recursos não cobriam sequer 20 por cento das despesas da Faculdade, o que gerava um segundo problema: o endividamento progressivo acumulado com a inadimplência para com os salários dos professores. Apesar de ter recebido a Faculdade sem débitos, ao final de 1958, a instituição possuía mais de 1 milhão de cruzeiros acumulados de dívidas, além de 2 meses de salários atrasados (Passos, 1987, p. 88). Apesar de não cumprir com os vencimentos dos professores, ainda em 1952 o diretor da instituição

²⁴ Consta em ata do Conselho Técnico Administrativo o seguinte episódio: “ [...] tem feito discutir entre os membros do corpo docente provocando uma tomada de posição por parte de alguns professores tais como a do Pe. Orlando Machado que deixou a Escola até que ela tome uma atitude em face da intriga que se teceu sobre o seu nome e que pode ser resumida nos seguintes termos: segundo o testemunho do Pe. William da Silva, um catedrático da Escola afirmou diante dos alunos que o Pe. Orlando Machado além de não ter doutrina Teológica certa, é membro da esquerda. O Pe. Vilela narrou o histórico dessa acusação que vinha sendo precedida por várias semelhantes contra ele e contra o próprio diretor da Escola, Pe. Agnaldo Leal. Resolveu-se a abertura de um inquérito na Faculdade [...]” (CMPH, 1951e).

[...] revendo as atividades do ano [...] diz ter a impressão que a Faculdade passou por um período de estagnação o qual não é possível continuar. Apela aos senhores professores para que, com o corpo discente, promovam um programa extra curricular, para maior projeção da escola no ambiente cultural de Belo Horizonte [...] (CMPH, 1952b).

Não obstante as dificuldades financeiras, observa-se que, em 1952, a Faculdade passa a procurar, seguindo as orientações de Dom Cabral e de sua direção, uma maior penetração na sociedade mineira e belo-horizontina, especialmente. É de se destacar, por exemplo, a fundação do Diretório Acadêmico Central das Faculdades Católicas, com forte atuação dos estudantes da Faculdade de Filosofia Santa Maria e também da Faculdade Mineira de Direito²⁵. Interessante notar que, dentre as atividades políticas do diretório, consta a realização de missas mensais celebradas aos domingos para os estudantes (CMPH, 1952c), o que pode indicar que o projeto educacional católico começava a colher os primeiros frutos, através da formação de estudantes.

O ano de 1953 permanece para a Faculdade com os mesmos problemas anteriores: o baixo número de estudantes e os problemas financeiros. Nesse ano, corroborando a observação do Conselho Técnico Administrativo, a Faculdade permaneceria estagnada, no que se refere ao número de novos estudantes, visto que somente 30 prestaram exames vestibulares. Do lado financeiro, parece ocorrer sempre uma disputa entre as Faculdades mantidas pela Sociedade Mineira de Cultura, chegando ao ponto de o professor Aires da Mata Machado sugerir que

[...] fosse ventilado com o Senhor Arcebispo Metropolitano, Presidente da Sociedade Mineira de Cultura, o problema da desorganização da Reitoria e Faculdades Católicas que vem prejudicando o ideal comum de unidade na Universidade Católica. Ressaltou ainda a responsabilidade da Faculdade de Filosofia Santa Maria, *alma mater* da universidade [...] (CMPH, 1953a).

Às Faculdades mantidas pela Sociedade Mineira de Cultura, naquela altura, além da Faculdade de Filosofia, reunia-se também a Faculdade Mineira de Direito, a Escola de Serviço Social, e a Escola de Enfermagem Hugo Werneck.

Através da fala do professor Aires, identifica-se que, para os professores, a Faculdade de Filosofia é primordial para a existência da Universidade Católica, pois ela seria a

²⁵ O Diretório foi fundado em 13 de setembro de 1952, tendo como seus primeiros dirigentes: Presidente: Chaquib Sampaio, da Faculdade Mineira de Direito; Vice-presidente: Antônio Gabriel de Castro, da Faculdade de Filosofia; Secretário Geral: João Alhais, da Faculdade de Medicina; 1ª Secretária: Elzy de Lima Borges, da Faculdade de Filosofia (CMPH, 1952c).

salvaguarda da confessionalidade de futura instituição, que ainda não contava com um instituto de Filosofia e Teologia. Através da formação humanística e cristã, a Faculdade de Filosofia seria um centro irradiador para as outras Faculdades mantidas pela Sociedade Mineira de Cultura e para os demais cursos da futura Universidade Católica. Além disso, o fato de a Faculdade de Filosofia ter sido a primeira Faculdade Católica de Belo Horizonte dá a ela o título de *alma mater* da Universidade, como sendo a primeira instituição do gênero. Entretanto, toda essa importância que teria a Faculdade, na visão de seus professores e diretores, não se refletia a uma correspondência de tratamento e, portanto, de verbas, por parte da Sociedade Mineira de Cultura²⁶. Apesar da afirmação de Dom Cabral no sentido de manterem-se os cursos mesmo com apenas um estudante, a Sociedade Mineira não proporciona meios suficientes para tal desiderato. Em reunião da Congregação da Faculdade, datada de 15 de março de 1953, o Professor Oscar Mendes Guimarães expôs “a situação econômica da Escola e a impossibilidade de continuar sustentando cursos para 1 e 2 alunos” (CMPH, 1953b). Chegou-se a pensar no fechamento, primeiramente, do curso de Pedagogia, pois possuía o menor número de estudantes da Faculdade. Nesse sentido, a reação por parte dos professores foi contrária. Capitaneada pela professora Lúcia Monteiro Casassanta, considerou-se que

sendo uma das finalidades da Escola formar professores, o Curso de Pedagogia deve funcionar apesar do déficit econômico. Que se procure solucionar o problema apelando para a contribuição e a colaboração dos professores e não fechando a 1ª série da seção de Pedagogia. D. Alda Lodi insistiu no apelo feito aos professores no sentido de colaborarem com a Escola lecionando gratuitamente. O Prof. Nivaldo após haver lamentado o déficit existente argumentou que o fechamento dos cursos significa uma morte lenta da escola que deixará de ser procurada nos anos seguintes (CMPH, 1953b).

Frente à falta de recursos próprios para o regular funcionamento da Faculdade e à falta de repasses suficientes por parte da mantenedora, os professores se desdobravam no sentido de não cobrarem por suas aulas e até mesmo emprestando recursos para o funcionamento da Faculdade. Pensou-se também que se determinasse pelo Arcebispo uma “coleta nas Igrejas de Minas Gerais para o fim de auxiliar a U.C.M.G.” (CMPH, 1953d).

²⁶ Em reunião do Conselho Técnico Administrativo de 27 de fevereiro de 1953, o Diretor da Faculdade, Pe. Agnaldo Leal, se queixa do repasse feito pela Sociedade Mineira de Cultura, afirmando que “a quantia que cabe à Faculdade de Filosofia Santa Maria fica muito aquém da prevista para cobrir as despesas do corrente ano” (CMPH, 1953c).

Diante do recorrente atraso de salários do corpo docente, os professores faltavam às aulas previstas e abandonavam os cargos. Somente em 1953, três professores²⁷ abandonaram a instituição, pois havia “impossibilidade de os professores continuarem a lecionar sem receber” (CMPH, 1953e). A situação permanece a mesma durante todo o ano de 1953, agravando-se por conta da separação dos cursos de Geografia e História, o que gerou maior número de turmas e, conseqüentemente, maior número de aulas a serem remuneradas.

Somente a partir de 1954 é que a situação financeira de Faculdade começa a melhorar. Depois de inúmeras visitas dos professores ao Palácio Arquidiocesano e à sede do governo estadual e também recorrendo ao governo federal²⁸, a Sociedade Mineira de Cultura passa a cobrir os déficits da Faculdade até o final de nosso recorte temporal. Salienta-se que os déficits cobertos eram grandes, pois a fonte de recursos da Faculdade, substancialmente as mensalidades dos estudantes, se manteve na mesma média de 30 estudantes admitidos por ano. Com o auxílio financeiro da mantenedora, o Diretor da Faculdade anuncia, em reunião da Congregação da Faculdade em 22 de abril de 1955, que seria “possível elevar o salário dos professores [...] incluído o descanso remunerado [...] dentro do orçamento serão pagos os atrasados e a partir desta data os professores receberão os vencimentos em dia” (CMPH, 1955a). Por outro lado, seria exigida uma cobrança maior no que se refere ao cumprimento da carga horária e do vencimento dos programas de ensino dentro do período letivo, além do provimento dos primeiros concursos de cátedras, por imposição de legislação federal, visando ocupar as cátedras que não tinham seus devidos professores²⁹.

A organização e a equalização financeira vinda a partir de 1954 vêm ao encontro da consecução do projeto de criação da Universidade Católica, como observado também nas

²⁷ Os professores Vincenzo Spinelli, Jean Vicent e José Quiroga (CMPH, 1953e).

²⁸ Ressaltamos também a constante interlocução de professores da Faculdade com políticos de casas legislativas, sobretudo deputados estaduais e federais. Em 1956, por exemplo, os professores da Faculdade encaminham correspondência ao então deputado Otacílio Negrão de Lima, solicitando “ao prezado coestaduano empenho todo seu prestígio junto a seus ilustres pares da Câmara dos Deputados, para que seja ativada a tramitação daquele Projeto (subvenção federal), cuja aprovação representará a verdadeira preservação de uma das mais importantes iniciativas culturais já empreendidas pelo Catolicismo em nosso Estado” (CMPH, 1956a). Assinam a correspondência os seguintes professores: Tancredo Martins, Gil Moraes, Pe. José Jenderels, Oscar Mendes, Jean Vicent, Elizabeth Horta, José Rodrigues, Affonso dos Santos, Edgard de Godoi da Mata Machado, José Quintella, Waldemar Tavares, José Ernesto, Alaíde Lisboa, Maria Luíza de Almeida Cunha e Amaro Xisto de Queiróz. Em 1957, foi dirigida outra correspondência ao mesmo deputado, cobrando novamente e “pedindo-lhe tome providência para mais rápida saída da verba” (CMPH, 1957a).

²⁹ O primeiro e único concurso de cátedra promovido pela Faculdade até 1958 foi para a cadeira de História Moderna e Contemporânea, do curso de História. Tendo como único concorrente o professor Amaro Xisto de Queiróz (CMPH, 1956b). Em 1957 foi definida a banca examinadora, composta pelos professores: Eurípedes Simões de Paula, da Universidade de São Paulo; João Camillo de Oliveira Torres, da própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria e Manoel Casassanta, da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, atual Universidade Federal de Minas Gerais (CMPH, 1957b). O concurso só fora realizado em março de 1958, sendo o professor Amaro Xisto aprovado e se tornando o primeiro professor aprovado por concurso na Faculdade (CMPH, 1958a).

outras Faculdades sobre a égide da Sociedade Mineira de Cultura. Em reunião do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade, de 10 de agosto de 1956, menciona-se o encaminhamento para o Ministério da Educação dos estatutos da Universidade Católica, esperando sua análise e aprovação. Nesse mesmo ano, a Faculdade consegue a autorização do curso de Jornalismo e o reconhecimento dos cursos já existentes de Letras Anglo-Germânicas e Matemática (CMPH, 1956b), não deixando de lado a confessionalidade, ao incorporar nos Estatutos da Faculdade, revistos no mesmo ano, a menção de que a função da Faculdade seria “contribuir para a formação da cultura superior e científica, norteadas pelos princípios do cristianismo” (CMPH, 1956c).

Em relação aos estudantes, em 1956 a Faculdade quase duplica o número de estudantes admitidos através de vestibular, chegando a 59 novas matrículas. O que leva a uma melhora no clima da instituição, aliado a uma esperança do reconhecimento da Universidade Católica, sendo inclusive realizadas visitas coletivas do corpo docente ao Arcebispo de Belo Horizonte. Em 1957 as matrículas se mantêm estáveis, atingindo seu ápice em 1958, quando 75 estudantes prestaram exames vestibulares, maior número desde a fundação da Faculdade.

A Incorporação à Universidade Católica de Minas Gerais

A concretização do sonho de formação da Universidade Católica de Minas Gerais e a incorporação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria à mesma só irá efetivar-se em 1958³⁰, já estando à frente da arquidiocese Dom João Resende Costa, como arcebispo coadjutor, em função da impossibilidade de Dom Cabral, que fora acometido em 1956 com um acidente vascular cerebral. Em 23 de junho daquele ano, a Congregação da Faculdade se reúne com uma única pauta

a incorporação da Faculdade à Universidade Católica de Minas Gerais, em organização, e finalidade precípua da entidade mantenedora desta Faculdade. O Diretor solicitou aos presentes manifestarem-se a respeito. Discutida a matéria, foi por todos aprovada a atuação da Diretoria da Sociedade Mineira de Cultura, traduzida na constituição da Universidade Católica de Minas Gerais, com a participação desta Faculdade (CMPH, 1958b).

³⁰ Em 1957, Dom Cabral sofre um Acidente Vascular Cerebral. Com os comprometimentos causados pela doença, Dom João Rezende Costa assume como Arcebispo Coadjutor e Administrador Sede Plena da Arquidiocese de Belo Horizonte 30 de novembro de 1957 (CMPH, 1957c).

Finalmente, através do decreto presidencial nº 25.046, de 12 de dezembro de 1958³¹, foi criada a Universidade Católica de Minas Gerais, tendo como seu primeiro reitor o Pe. José Lourenço da Costa Aguiar e o como vice-reitor o Pe. Agnaldo Leal, ex-diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria (CMPH, 1958c).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto - Lei nº 21, de 11 de maio de 1938.** Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-421-11-maio-1938-350759-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,preceitos%20fixados%20na%20presente%20lei>. Acesso em: 26 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 11.210, de 4 de janeiro de 1943.** Autoriza a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, em Belo Horizonte, a funcionar com os cursos de filosofia, geografia e história, letras clássicas, letras neolatinas e pedagogia. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-11210-4-janeiro-1943-469228-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 20.201, de 14 de dezembro de 1945.** Concede reconhecimento aos cursos de filosofia, geografia e história, letras clássicas, letras neolatinas e pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20201-14-dezembro-1945-480942-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Concede%20reconhecimento%20aos%20cursos%20de,Ci%C3%A4ncias%20e%20Letras%20Santa%20Maria>. Acesso em: 28 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 22.170 de 25 de novembro de 1946.** Autoriza o funcionamento do curso de didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, de Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946c. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/120297-autoriza-o-funcionamento-do-curso-de-didutica-da-faculdade-de-filosofia-ciuncias-e-letras-santa-maria-de-belo-horizonte.html>. Acesso em: 22 dez. 2022.

CASALI, Alípio Márcio Dias. **Elite intelectual e restauração da Igreja.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

³¹ Dada a importância histórica, transcreveremos o decreto na íntegra:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do Decreto nº 24.279, de 22 de maio de 1934, alterado pelo Decreto-lei nº 8.457, de 26 de dezembro de 1945, DECRETA:

Art. único. É concedida à Universidade Católica de Minas Gerais, mantida pela Sociedade Mineira de Cultura a prerrogativa de Universidade livre equiparada e é aprovado seu Estatuto, que com êste baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 1958; 137º da Independência e 70º da República.

Juscelino Kubitschek

Clovis Salgado

CASALI, Alípio Márcio Dias. **Universidade Católica no Brasil: elite intelectual para a restauração da Igreja**. 1989. 265 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Educação. São Paulo, 1989.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa 47, Série
Relatório, Pasta 1, Datas-Limite 1904, p. 16-20.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, caixa 18, Série:
Correspondência, S.Série: C.R., Pasta nº 1/7, Data Limite: 1942a.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa: 1, Pasta: 1,
Série: Ata, Datas-limite: 1942b.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa 47, Série
Relatório, Pasta 1, Data-limite 1942c.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa 40, Série:
Parecer/ Portaria, Pasta nº 1/2, Data Limite: 1942d.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa 40, Série:
Parecer/ Portaria, Pasta nº 1/2, Data Limite: 1942e.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa 47, Série
Relatório, Pasta 2, Datas-Limite 1943a.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa: 1, Pasta: 1,
Série: Ata, Datas-limite: 1943b.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa: 2, Pasta: 2,
Série: Ata, Datas-limite: 1943c.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa: 1, Pasta: 1,
Série: Ata, Datas-limite: 1944a.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa: 1, Pasta: 1,
Série: Ata, Datas-limite: 1944b.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa 40, Série:
Parecer/ Portaria, Pasta nº 1/2, Data Limite: 1944c.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa: 2, Pasta:3,
Série: Ata, Datas-limite: 1944d.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa 47, Série
Relatório, Pasta 1, Datas-Limite 1944e.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa: 1, Pasta: 1,
Série: Ata, Datas-limite: 1944f.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa 48, Série
Relatório, Pasta 2, Datas-Limite 1945a.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa: 1, Pasta: 1,
Série: Ata, Datas-limite: 1945b.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa 47, Série
Relatório, Pasta 1, Datas-Limite 1945c.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa: 1, Pasta: 1,
Série: Ata, Datas-limite: 1945d.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa 17, Série:
Correspondência, Sub Série: Correspondências Enviadas, Pasta nº 1/6, Datas Limites: 1945e.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa: 2, Pasta: 2,
Série: Ata, Datas-limite: 1945f.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa 15, Série: Corpo
Docente, Pasta nº 1/2, Datas Limites: 1945g.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa:2, Pasta:3, Série:
Ata, Datas-limite: 1946a.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa: 1, Pasta: 1,
Série: Ata, Datas-limite: 1946b.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa 49, Série
Relatório, Pasta 1, Datas-Limite 1946c.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa 49, Série
Relatório, Pasta 1, Datas-Limite 1946d.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **F.F.C.L.S.M.**, Caixa: 1, Pasta: 1,
Série: Ata, Datas-limite: 1946e.

PASSOS, Juliana Maria do Nascimento. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Santa
Maria". *In*: CUADRADO, Valentin Bahillo. **Revista do Centro de Ciências Humanas**. Belo
Horizonte: PUC Minas, Ano 5, n. 6, p. 67 - 93, 1987.